

# O ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA E OS PRESIDENTES DA REPÚBLICA

Onivan Elias de Oliveira<sup>1</sup>

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), é uma publicação produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sendo a sua primeira edição disponibilizada em 2007. A edição mais recente – 18ª, foi lançada em 2024.

O FBSP, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal<sup>2</sup> tem como natureza jurídica ser uma associação privada sem fins lucrativos. No mesmo Portal consta o total de R\$9.811.091,71 (nove milhões, oitocentos e onze mil, noventa e um reais e setenta e um centavos), recebidos pela entidade até 2018 em virtude de vários acordos e convênios firmados com o governo federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Ainda de acordo com o Relatório de Auditoria Especial nº 00190.009683/2011-31, produzido pela Controladoria Geral da União, constam as seguintes menções ao FBSP:

### **3.10. Fórum Brasileiro de Segurança Pública**

**Termo de Parceria nº 009/2008, SIAFI nº 638432** firmado com a SENASP/MJ, no montante de R\$ 5.029.391,04, com vigência de 29/12/2008 a 28/02/2011, tendo por objeto a realização de pesquisa sobre determinantes de trajetórias de jovens envolvidos com violência letal no Brasil, bem como a sistematização de programas de prevenção na área e organização de atividades de formação e/ou capacitação de comunidades e gestores públicos para lidarem com os temas.

Na avaliação do cumprimento do Termo de Parceria foram efetuadas as seguintes constatações:

- a) Objetivo e metas parcialmente cumpridos;
- b) Contratações de serviços realizadas em valores superiores às alçadas previstas para os procurados constituídos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- c) Falhas na movimentação financeira: ausência de depósito da contrapartida na conta bancária específica, realização de pagamentos antecipados e de taxa bancárias;
- d) Pagamento de diversas despesas com recursos integrais do Termo, sem que haja evidência de absorção destas, por meio de rateio, nas outras fontes de financiamento da OSCIP;
- e) Pagamento direto a sócios ou funcionários de empresas ou entidades contratadas;
- f) Contratação sem coleta de preços e publicitação de empresa de propriedade do Secretário Executivo da OSCIP, no valor de R\$ 247.500,00;
- g) Contratação de sócia de empresa de propriedade do Secretário Executivo da OSCIP para prestação de serviços;

---

<sup>1</sup> Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar da Paraíba.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/busca/pessoa-juridica/08011968000125-forum-brasileiro-de-seguranca-publica?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Corgao%2CunidadeGestora%2CnumeroLicitacao%2CdataAbertura&id=418750>. Acesso em 30 dez. 2024.

- h) Pagamentos de viagem ao exterior sem a devida comprovação de nexos com os objetivos do Termo de Parceria;
- i) Ausência de especificação de valores na contratação de agência de viagens e turismo;
- j) Seleções de fornecedores com empresas de mesmo dono na contratação de serviços gráficos. Cotações realizadas por terceiros;
- k) Realização de pagamentos a servidores públicos ou empresas em que participam com recursos do Termo; e
- L) Prestação de contas em desacordo com o determinado no Decreto nº 3.100/99.

**Termo de Parceria nº 752962/2010**, firmado com a SENASP/MJ, no montante de R\$ 3.814.370,80, com vigência de 30/12/2010 a 09/11/2012, tendo por objeto a Criação de mecanismos de participação dos Estados e Municípios para a efetivação de compromissos firmados. Fomento à infraestrutura e logística necessárias à implementação do PRONASCI junto a Estados e Municípios. Mobilização dos mecanismos de comunicação e de informação, elaboração da metodologia de incentivo à participação social e divulgação do Programa. Criação do sistema de monitoramento e avaliação do PRONASCI, além do sistema de comunicação do programa (sítio identidade visual, filmes institucionais e campanhas publicitárias, material gráfico, programas de rádio, material de mobilização social etc.). Diagnóstico, sistematização, análise e publicação de dados, coletados em campanhas de cidadania. Coordenação e supervisão das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações. Pagamento de diárias e passagens e demais atividades meio necessárias à execução do Programa.

Na avaliação do cumprimento do Termo de Parceria foram efetuadas as seguintes constatações:

- a) Objetivos e metas parcialmente realizados (Termo ainda vigente);
- b) Pagamento de diárias e passagens para pessoas não constantes como contratados pelo projeto;
- c) Pagamentos a servidores públicos referentes a despesas de diárias, serviços prestados; reembolso de taxi, etc.;
- d) Pagamento de diversas despesas com recursos integrais do Termo, sem que haja evidência de absorção destas, por meio de rateio, nas outras fontes de financiamento da OSCIP;
- e) Pagamento antecipado de despesas; e
- f) Pagamentos de despesas não previstas no Termo.

No Estatuto<sup>3</sup> da citada entidade determina que “é uma pessoa jurídica de direito privado, associação, aparthária, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de âmbito nacional [...]”, conforme a inteligência do artigo 1º. O texto estatutário é reforçado no sítio eletrônico informando que “[...] é uma organização não-governamental, aparthária e sem fins lucrativos que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da Segurança Pública. [...] juntos, contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências.”

Nesse sentido, o escopo do artigo é refletir sobre as análises produzidas pelos articulistas principalmente relativas aos números absolutos de homicídios dolosos publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, desde a sua primeira edição em

---

<sup>33</sup>Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/estatuto-social-38169.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

2007 até a edição de 2024, focando nas menções aos Presidentes da República dos respectivos períodos.

Entre 2007 e 2023 o Brasil teve como Presidente as seguintes pessoas:

**Quadro 1** – Presidentes da República, de acordo com o período e partido político, Brasil, 2003-23.

Nome	Período de Início	Partido
Luís Inácio Lula da Silva	1º de janeiro de 2003	PT
	1º de janeiro de 2011	PT
	1º de janeiro de 2023 (atual)	PT
Dilma Rousseff*	1º de janeiro de 2011	PT
Michel Temer**	31 de agosto de 2016	PMDB
Jair Bolsonaro	1º de janeiro de 2019	PSL/PL

**Fonte:** [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_presidentes\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil).

\*foi afastada temporariamente pelo Senado Federal em 12 de maio de 2016, e definitivamente em 31 de agosto de 2016, com a votação final de seu *impeachment*.

\*\*assumiu interinamente em 12 de maio de 2016, com a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e, em caráter definitivo, em 31 de agosto de 2016.

Demonstra-se na tabela seguinte os valores absolutos de homicídios dolosos registrados no país entre 2005 e 2023. Destaca-se, por oportuno, que as informações do período 2005-2014 são oriundas do FBSP e de 2015-2023 do MJSP.

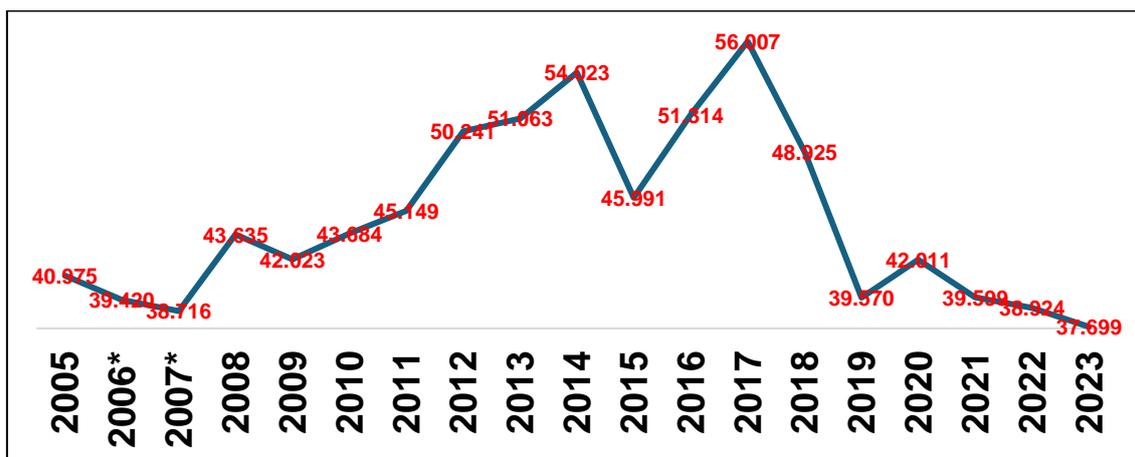
**Tabela 1** – Homicídios dolosos de acordo com o ano e variação percentual, Brasil, 2005-2023.

Ano	Homicídio Doloso	% Var.
2005	40.975	-
2006*	39.420	-4%
2007*	38.716	-2%
2008	43.635	13%
2009	42.023	-4%
2010	43.684	4%
2011	45.149	3%
2012	50.241	11%
2013	51.063	2%
2014	54.023	6%
2015	45.991	-15%
2016	51.314	12%
2017	56.007	9%
2018	48.925	-13%
2019	39.570	-19%
2020	42.011	6%
2021	39.599	-6%
2022	38.924	-2%
2023	37.699	-3%

**Fonte:** Elaboração própria com FBSP de 2005 a 2014 e SINESP-VDE/MJSP de 2015 a 2023.

\*Paraná não forneceu o número.

**Gráfico 1 – Homicídios dolosos de acordo com o ano e variação percentual, Brasil, 2005-2023.**



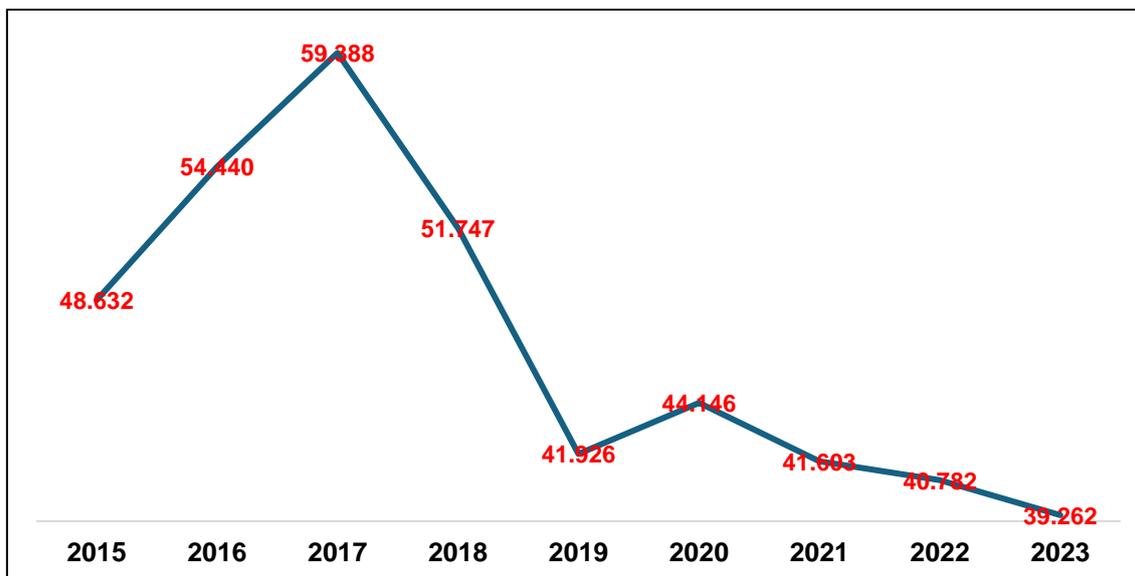
**Fonte:** Elaboração própria com FBSP de 2005 a 2014 e SINESP-VDE/MJSP de 2015 a 2023.

\*Paraná não forneceu o número.

Outra forma de mensurar e visualizar a evolução da violência no Brasil é fazendo o somatório do total de homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, que também podem ser etiquetadas como Mortes Violentas Intencionais (MVI).

Para essa finalidade, usou-se as informações contidas na página eletrônica oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SINESP-VDE/MJSP), no período 2015-2023.

**Gráfico 2 – Mortes violentas intencionais de acordo com o ano, Brasil, 2015-2023.**



**Fonte:** Elaboração própria com SINESP-VDE/MJSP.

Uma vez demonstrada a evolução numérica dos principais indicadores que são mensurados para fins de análise do quão um determinado território está violento, passa-se então a verificar quais as percepções e análises que os articulistas do FBSP externaram em relação ao fenômeno.

De antemão está evidenciado que até 2017 o Brasil apresentou uma sucessão ininterrupta de aumentos nos valores absolutos dos indicadores anteriormente mencionados. De modo que, em sede de hipótese, é esperável que os articulistas tenham feito severas críticas aos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff que ocupavam o cargo nesse período.

Noutro lado, também em sede de hipótese, é esperável que os articulistas tenham tecido comentários elogiosos aos Presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, pois foi exatamente nessas gestões que os indicadores apresentaram reduções significativas.

### Referências aos Presidentes da República

Como dito, a primeira edição publicada do Anuário Brasileiro de Segurança Pública foi em 2007 e a mais recente em 2024, trazendo os dados de vários indicadores criminais no período 2005 a 2023.

Reforça-se que de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010, período do Presidente Lula, os índices de violência e criminalidade no Brasil como um todo aumentaram sucessivamente, sem inflexões. Permanece a escalada da violência até 31 de dezembro de 2017, período dividido entre os Presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer (esse assumiu em 31 de agosto de 2016).

Decidiu-se então estruturar em forma de quadro, conforme mostrado abaixo, as menções textuais para cada um dos Presidentes da República em todas as edições do ABSP.

**Quadro 2** – Menção aos Presidentes da República contidas nos Anuários Brasileiro de Segurança Pública, 2007-2024.

Nome do Presidente	Menção	Anuário
<b>Luís Inácio Lula da Silva</b>	A palavra "Lula" ou "Luís Inácio Lula da Silva" não aparece nos Anuários em termos de crítica/análises a política de segurança implementada e os resultados alcançados.	Sem menção
<b>Dilma Rousseff</b>	Não obstante o ambiente político-institucional de 2010 caminhar para a formação de uma conjuntura crítica, onde mudanças têm força para anular trajetórias de dependência, Dilma Rousseff assumiu o governo em um momento em que os projetos subnacionais como o Pacto pela Vida ou as UPP começavam a perder força e os índices criminais apontavam para um forte movimento ascendente, cujo pico se deu entre 2016 e 2017, com cerca de 65 mil Mortes Violentas Intencionais. Os resultados ruins e a crise econômica tensionavam a força da ideia de integração e, em uma decisão que julgo equivocada e baseada em uma visão estreita de que segurança pública é matéria estadual, a gestão Dilma Rousseff desmontou as estruturas federais criadas entre 2001 e 2009 e focou seus esforços na segurança em investimentos focados na organização dos grandes eventos que marcaram a década passada (Olimpiadas, Marcha Mundial da	Anuário 2020

	<p>Juventude, Copa do Mundo da Fifa, entre outros).</p> <p>É fato que, sozinha, a opção feita pela gestão Dilma Rousseff não explica e/ou é a responsável pela conjuntura da segurança pública, muito pelo contrário. Estamos diante de uma área profundamente perpassada por múltiplos interesses e dilemas.</p> <p>Não à toa, em termos eleitorais, em 2018, a proporção de policiais eleitos foi três vezes maior do que em 2010, de 7,9%, mas inferior ao pico de 11,8% obtido em 2016, ano marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, pela profunda crise econômica e pelo ápice da Operação Lava-Jato, que colocaram o Partido dos Trabalhadores no corner e viabilizaram a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República.</p>	
<b>Dilma Rousseff</b>	<p>Qualquer que seja a resposta será necessário resgatar o vínculo entre a política prisional e a política pública de segurança. Reeleita presidente, Dilma Rousseff teve como principal proposta para esta área a articulação das forças de segurança, no âmbito dos Centros Integrados de Comando e Controle utilizados durante a Copa do Mundo.</p> <p>No recém-pronunciado discurso da vitória, Dilma disse que diálogo será o fio condutor de seu segundo mandato. Que venha o diálogo e que ajude a ampliar o horizonte de alternativas que, na sua forma hegemônica, pouco contribuiu para que avanços alcançados em outras áreas tivessem paralelo no sistema prisional.</p>	Anuário 2014
<b>Michel Temer</b>	<p>Mesmo o crescimento das transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP para as Unidades da Federação, que é alardeado como uma ação do governo federal, é, na verdade, uma herança recebida do Governo Temer, que em 2018 alterou as regras das Loterias da Caixa para que a segurança pública recebesse repasses oriundos dessas apostas.</p> <p>Este recurso só foi possível graças a Medida Provisória 841, de 2018, que foi convertida na lei 13.756 de 12 dezembro Valor (em R\$ de 2020) Fundo Nacional de Segurança Pública FNSP Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN Total R\$ 1.562.232.000,00 R\$ 170.323.000,00 de 2018 pelo ex-presidente Michel Temer, e garantiu recursos permanentes oriundos das verbas das loterias geridas pela Caixa Econômica Federal (CEF)</p>	Anuário 2021

	para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para o Fundo Penitenciário Nacional.	
<b>Michel Temer</b>	O único dos planos que deslocou, mesmo que não totalmente, o foco dos aspectos de gestão para a necessidade de estruturação de mecanismos de governança democrática das polícias foi o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), gestado em 2004, mas só aprovado, desidratado, em 2018. Mas mesmo ele não teve o apoio necessário pelo ex-presidente Michel Temer.	Anuário 2022
<b>Jair Bolsonaro</b>	<p>Não à toa, em termos eleitorais, em 2018, a proporção de policiais eleitos foi três vezes maior do que em 2010, de 7,9%, mas inferior ao pico de 11,8% obtido em 2016, ano marcado pelo Impeachment da presidente Dilma Rousseff, pela profunda crise econômica e pelo ápice da Operação Lava-Jato, que colocaram o Partido dos Trabalhadores no corner e viabilizaram a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República.</p> <p>O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude, que tomou conta do noticiário político da área em 2019, para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.</p> <p>E a escolha do Desembargador Kássio Nunes Marques para o STF, pelo Presidente Jair Bolsonaro, seria mais uma evidência da volta deste protagonismo. De uma forma ou de outra, a Lava Jato perdeu apelo e os policiais candidatos parecem se realinharem à lógica da realpolitik conservadora vigente até 2016.</p> <p>No gráfico 1, também é válido notar que, em 2018, os partidos à esquerda conquistaram menos policiais candidatos para as suas fileiras, quando apenas 10,1% dos policiais candidatos concorreram filiados a um desses partidos e Jair Bolsonaro foi eleito com um discurso de ultradireita estruturado na promessa de ordem, criminalização da</p>	Anuário 2020

	<p>esquerda/movimentos sociais e de conservadorismo nos costumes. Em 2020, este percentual sobe ligeiramente e atinge 12,4% do total de candidaturas.</p> <p>Por fim, a presidência de Jair Bolsonaro serve de incentivo para que os policiais se lancem na disputa pelos votos da população.</p>	
<p><b>Jair Bolsonaro</b></p>	<p>Todavia, tudo o que foi construído em 2018 foi negligenciado pela gestão Bolsonaro. No plano político, o presidente Bolsonaro não está preocupado com a cooperação ou eficiência técnica do trabalho policial. Ao contrário, tem estimulado a ampliação de padrões operacionais pautados no confronto e na guerra (ampliação da excludente de ilicitude, elogios a operações com resultado morte). Bolsonaro também estimulou o confronto com governadores (o apoio ao motim da PM no Ceará, em fevereiro de 2020, é talvez o maior exemplo) e a radicalização ideológica de policiais. Há uma convergência entre a visão de mundo de seu governo e àquela majoritária entre os policiais brasileiros, tema que já foi explorado na edição 2020 do Anuário.</p> <p>E isso ocorre, na prática, porque a gestão Bolsonaro está aproveitando o seu alinhamento ideológico com policiais e o temor que os governadores têm de suas polícias para tentar fazer de seu projeto político sinônimo de modernização “técnica” da segurança.</p> <p><b>O Governo Bolsonaro não inovou em nada na segurança pública.</b> (grifei).</p> <p>Enquanto isso, o principal objetivo do SUSP, que era estabelecer novas regras de pactuação federativa, não foi adiante em 2020 durante a gestão Bolsonaro e, com isso, a área perde potencial e eficiência ao não investir em cooperação, articulação e coordenação. Muitas ações pontuais e burocráticas são feitas, mas não se sai do lugar. O tom é meramente retórico e político ideológico.</p> <p>O conceito de contramovimento social, traduzido do inglês <i>backlash</i> (PAYNE; SANTOS, 2020), dá conta da transformação desses ressentimentos coletivos em plataforma política, transformação que aporta, inclusive, rendimento eleitoral às pautas anti-LGBT e anti-feministas. O próprio presidente Bolsonaro as mobilizou em campanha e continua mobilizando ao longo de todo o mandato, o que não é inconsequente.</p>	<p>Anuário 2021</p>

	<p>Embora a gestão Bolsonaro tenha ignorado por completo o SUSP e a Política Nacional em termos programáticos, beneficiou-se de seus instrumentos e recursos financeiros disponíveis.</p> <p>Embora não sejam perguntas diretas sobre o apoio ao governo Bolsonaro, acreditamos que sejam boas medidas substitutas (proxies) deste conceito. Bolsonaro fez sua carreira política defendendo demandas das polícias e da indústria de armas e sabe-se que existem afinidades eletivas entre o ideário bolsonarista e o ideário policial. Em outras palavras, a hipótese aqui é que o apoio ao governo Bolsonaro aumenta a chance de apoio à liberação irrestrita as armas (ou vice-versa, pois o sentido da associação pode ser inverso).</p>	
<p><b>Jair Bolsonaro</b></p>	<p>Como exemplo, até o primeiro semestre de 2022, muitos dos mecanismos de avaliação e monitoramento da política nacional de segurança pública e defesa social não foram implementadas pela gestão Bolsonaro, como a avaliação bienal prevista na legislação, a criação do SINAPED (Sistema de Avaliação contínua das ações previstas) e/ou o funcionamento pleno do Conselho Nacional de Segurança Pública. Ainda em 2018, o Governo Federal fez aquela que talvez seja a mais significativa medida nacional para área desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, em 2001. Houve uma mudança nas regras de repasse de recursos arrecadados pelas Loterias da Caixa que, na prática, fez com que cerca de 80% de todo o dinheiro da segurança repassado para estados e Distrito Federal de 2019 a 2020 tenha as loterias como origem e, com isso, novos recursos puderam ser destinados a área. Contudo, em 2021, o Governo Bolsonaro optou por financiar o repasse as UF do Fundo Nacional de Segurança Pública exclusivamente com os recursos das loterias, retirando recursos da área.</p> <p>Entretanto, considerando a política de flexibilização dos mecanismos de controle, supervisão e rastreabilidade de armas de fogo e munições que tem sido posta em prática pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, e importante ressaltar que os dados disponíveis não autorizam o discurso segundo o qual o crescimento na quantidade de armas de fogo em circulação, sobretudo a partir das licenças de CAC (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) teria provocado a queda das mortes violentas intencionais no Brasil.</p>	<p>Anuário 2022</p>

	<p>As três datas resultam de longos processos de mobilização e luta em torno do reconhecimento de injustiças direcionadas contra grupos específicos em função das especificidades que os definem ser pessoa, ser LGBTQI+, constituindo datas simultaneamente comemorativas e mobilizadoras de lutas e pautas daqueles que formam seus respectivos movimentos. Ainda a este respeito, cabe ressaltar que recentemente o Presidente da República, Jair Bolsonaro vetou integralmente o PL 5.466/2019, cuja proposta é mudar a designação para Dia dos Povos Indígenas. A mudança reconheceria como válida e formalizaria a reivindicação de diversos povos e movimentos indígenas que afirmam que a noção de índio constitui um estereótipo colonialista equivocado, que alimenta a discriminação, em oposição a indígena que designa povos originários.</p> <p>Antes de Jair Bolsonaro, todos os ex-presidentes da República desde 1989 buscaram não se envolver diretamente com a área e deixaram as polícias estaduais isoladas e/ou apenas deram suporte financeiro as Unidades da Federação. Muitos presidentes acreditavam que segurança pública era uma agenda dos governadores e que não era politicamente pertinente se envolver com ela.</p>	
<p><b>Jair Bolsonaro</b></p>	<p>Outro ponto a ser considerado no contexto recente é a criação, em 2023, do Ministério da Igualdade Racial (MIR), vinte anos após a primeira Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Após o tenebroso quadriênio 2019-2022 da gestão Bolsonaro, que esvaziou políticas de direitos humanos, entre as quais as de promoção da igualdade racial, o MIR assume a luta política antirracista como debate público.</p>	<p>Anuário 2024</p>

**Fonte:** Elaboração própria com FBSP.

Embora a palavra "**Lula**" ou "**Luís Inácio Lula da Silva**" não apareça nos Anuários analisados em forma de comentários ou críticas, constatou-se que a única vez que o nome desse Presidente é citado, está no gráfico 07 - Evolução das despesas com segurança pública e defesa nacional, União – 1980-2011, no Anuário de 2012.

**Dilma Rousseff** é mencionada nos Anuários de 2014 e 2020, principalmente no contexto de suas decisões e políticas de segurança pública, com críticas à sua gestão por dismantelar estruturas federais e promover a

remilitarização da segurança. Além disso, seu discurso sobre a necessidade de diálogo é destacado.

**Michel Temer** é citado nos Anuários de 2021 e 2022, no contexto da aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e suas respectivas mudanças na legislação dos fundos de segurança, além de uma PEC de sua autoria quando era deputado. É importante notar que há uma crítica à sua gestão pela falta de apoio ao SUSP.

**Jair Bolsonaro** é mencionado nos Anuários de 2020, 2021, 2022 e 2024, associando-o às políticas de segurança pública, especialmente em relação ao controle de armas, ações policiais, e em relação à polarização política e ideológica entre policiais e o governo.

### **Considerações Finais**

Embora a violência e criminalidade tenha aumentado substancialmente no Brasil entre 2007 (1ª edição do ABSP) e 2017 (final do governo do Partido dos Trabalhadores com o *impeachment* da Presidente Dilma), os articulistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública não teceram comentários mais contundentes aos sucessivos fracassos no campo da segurança pública desses gestores. No caso específico do Presidente Lula, absolutamente nenhuma menção ou crítica fora realizada.

Para o Presidente Michel Temer, as menções foram associadas à implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), sem mencionar elogios pelo início das reduções de vários indicadores mensurados pela publicação anual, especificamente no ano de 2018.

Ao Presidente Jair Bolsonaro, embora alcançou principalmente no ano de 2019, os menores *scores* em praticamente todos os indicadores mensurados, para ele foram reservadas severas críticas sempre associando-o ao fato de uma polarização política e o uso das polícias como forma de doutrinação ideológica no campo da segurança pública.

Em concreto constatou-se que os articulistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no período analisado, demonstraram forte tendência político-ideológica em seus textos notadamente ao referirem-se ao período do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), apesar de os números apresentados nessa gestão serem muito melhores quando comparados, proporcionalmente e em vários casos também em termos absolutos, com as gestões anteriores.